



Territorialização do dendê e violências silenciosas na Comunidade do Castanhalzinho, Concórdia do Pará - PA

Territorialization of palm oil and silent violence in the Castanhalzinho Community, Concórdia do Pará - PA

João Victor Rocha Leão ¹ 

Cátia Oliveira Macedo ² 

Resumo

O artigo analisa os impactos da territorialização da monocultura do dendê na comunidade do Castanhalzinho, em Concórdia do Pará, com foco nas formas de violência lenta que atingem o campesinato local. O objetivo é compreender como a expansão do agronegócio, impulsionada por políticas públicas e interesses corporativos, reconfigura o território e os modos de vida. A pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo, com entrevistas e registros audiovisuais. Os resultados evidenciam que a expansão do dendê provoca degradação ambiental, contaminação por agrotóxicos, perda de autonomia territorial e transformações nas relações sociais e culturais da comunidade. Observa-se também a desestruturação das práticas produtivas tradicionais e a intensificação de conflitos territoriais. A partir do conceito de violência lenta, demonstra-se que esses impactos ocorrem de forma gradual e cumulativa, afetando especialmente populações vulneráveis. Conclui-se que a territorialização do dendê não representa apenas uma mudança econômica, mas reforça desigualdades históricas e práticas neocoloniais. Apesar disso, destaca-se a resistência camponesa, marcada pela organização comunitária e pela afirmação da identidade quilombola como estratégias de defesa do território e de construção de alternativas sustentáveis.

Palavras-chave: território camponês; violência lenta; agroindústria; soberania alimentar; Amazônia paraense.

Abstract

This article analyzes the impacts of oil palm monoculture territorialization in the Castanhalzinho community, in Concórdia do Pará, focusing on forms of slow violence affecting the local peasantry. The objective is to understand how agribusiness expansion, driven by public policies and corporate interests, reshapes territory and ways of life. The research adopts a qualitative approach, combining literature review, document analysis, and fieldwork, including interviews and audiovisual records. The findings show that oil

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: leaojoavitor@gmail.com

² Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil. E-mail: cctiammacedo@gmail.com

palm expansion leads to environmental degradation, pesticide contamination, loss of territorial autonomy, and transformations in social and cultural relations within the community. It also highlights the dismantling of traditional productive practices and the intensification of territorial conflicts. Based on the concept of slow violence, the study demonstrates that these impacts occur gradually and cumulatively, disproportionately affecting vulnerable populations. The study concludes that oil palm territorialization represents not only an economic transformation but also reinforces historical inequalities and neocolonial dynamics. Nevertheless, peasant resistance is evident through community organization and the affirmation of quilombola identity, which function as strategies to defend territory and promote sustainable alternatives.

Keywords: peasant territory; slow violence; agroindustry; food sovereignty; Amazon region of Pará.

Introdução

Na Amazônia brasileira, a expansão do agronegócio tem promovido transformações profundas nos territórios camponeses, indígenas e quilombolas, reconfigurando dinâmicas socioespaciais historicamente construídas. Entre essas transformações, destaca-se a territorialização da monocultura do dendê (*Elaeis guineensis*), cuja expansão no nordeste paraense se intensifica a partir dos anos 2000, impulsionada por políticas públicas voltadas à produção de agrocombustíveis³ e pela atuação de grandes conglomerados do setor (Macedo; Sousa, 2015).

No município de Concórdia do Pará e especificamente na comunidade do Castanhalzinho (Mapa 1), esse processo materializa-se por meio da inserção de extensas áreas de cultivo de dendê no entorno e, progressivamente, no interior das áreas ocupadas pelo campesinato local. Tal dinâmica não apenas altera a paisagem, mas também interfere diretamente nas formas de uso da terra, nas relações sociais e nos modos de vida locais, evidenciando a ação de agentes econômicos que operam sob a lógica de acumulação do capital (Homma; Furlan Júnior, 2001; Homma, 2016).

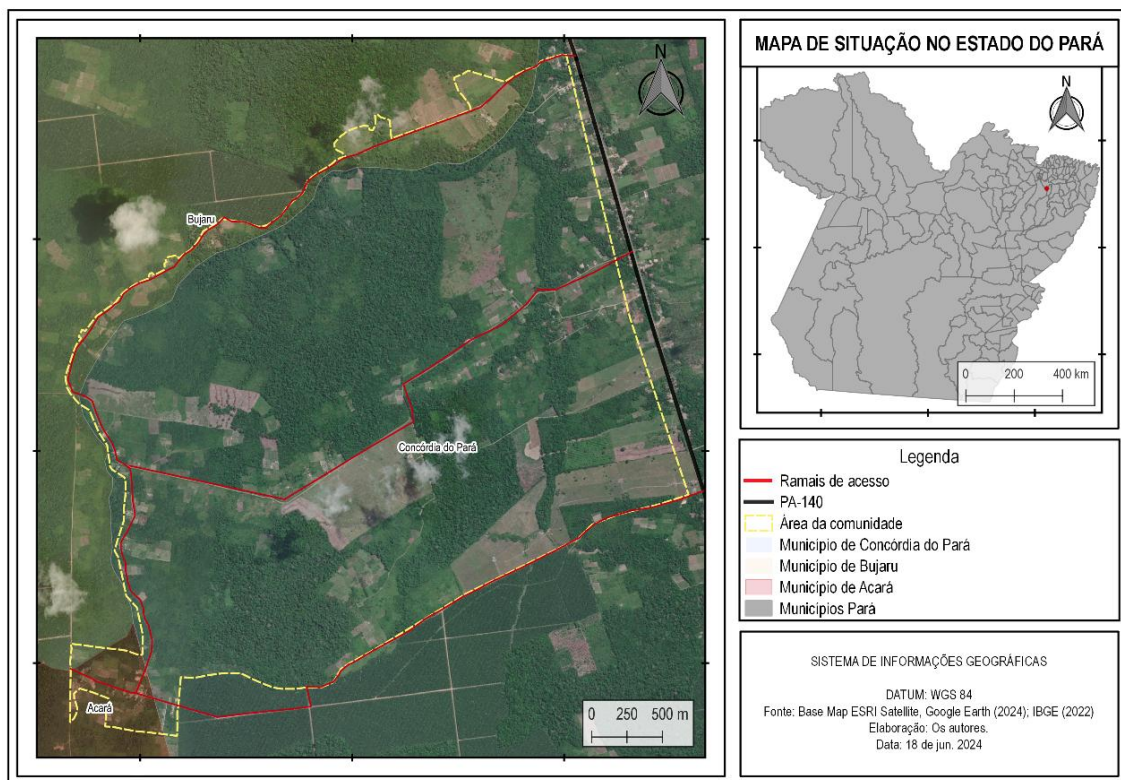
A expansão da dendeicultura na região está articulada a políticas como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), que promoveram incentivos financeiros e institucionais à

³ Adotamos o termo “agrocombustíveis” como alternativa a “biocombustíveis” com base em Weid (2009) e sua interpretação dessas produções com base em uma agricultura habitual de grandes manejos, anulando o discurso da solução dos problemas ambientais e de matriz energética mais limpa.

cultura sob o discurso do desenvolvimento sustentável e da transição energética. Tais iniciativas contribuíram para consolidar o estado do Pará como principal polo produtor de dendê no Brasil.

No entanto, esse modelo de desenvolvimento revela contradições ao incidir sobre territórios ocupados por populações camponesas, produzindo conflitos, reordenamentos espaciais e novas formas de subordinação (Macedo; Sousa, 2015).

Mapa 1 - Localização da Comunidade do Castanhalzinho



Fonte: Base Map ESRI Satellite, 2024; Google Earth, 2024; IBGE, 2022.

Org.: Autores, 2024.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender não apenas os impactos visíveis da expansão do agronegócio, mas também os processos menos evidentes que afetam, de maneira gradual e cumulativa, a vida das populações locais. É nesse ponto que o conceito de “violência lenta”, proposto por Nixon (2011), se apresenta como chave interpretativa relevante, ao evidenciar formas de violência que se manifestam de maneira difusa no tempo e no espaço, frequentemente invisibilizadas e naturalizadas.

Diante desse cenário, coloca-se como problema de pesquisa questionar: como a territorialização da monocultura de dendê na comunidade do Castanhalzinho produz e reorganiza formas de violência lenta sobre o campesinato local? A pesquisa está espacialmente delimitada à comunidade, localizada no município de Concórdia do Pará, nordeste do estado do Pará, e temporalmente situada no período compreendido entre a intensificação da dendeicultura na região, a partir dos anos 2000, até o ano de 2025, momento final de realização do trabalho de campo.

Parte-se da hipótese de que a territorialização do dendê não se restringe à reorganização produtiva do espaço agrário, mas constitui um processo que engendra formas específicas de violência territorial contínua, cumulativa e frequentemente invisibilizada, afetando diretamente a autonomia, os sistemas produtivos e os modos de vida do campesinato. Essas violências se expressam por meio da degradação ambiental, da contaminação por agrotóxicos, da pressão sobre a terra e da reconfiguração das relações sociais no interior da comunidade.

Do ponto de vista teórico, a análise proposta articula três eixos fundamentais: a territorialização do capital no campo, discutido por Oliveira (2007), a compreensão do campesinato enquanto forma social específica, conforme Shanin (2012) e o conceito de violência lenta, de Nixon (2011) atrelado aos processos geográficos do território levantados também por Oliveira (1999). A articulação entre esses referenciais permite compreender como o avanço do agronegócio se materializa territorialmente e produz formas complexas de dominação e resistência.

O estudo busca avançar na interpretação desses processos, propondo uma leitura que articula teoria e empiria para compreender a violência como dimensão constitutiva da territorialização do capital no campo amazônico. Nesse sentido, o artigo pretende contribuir para o debate da Geografia Agrária ao oferecer uma análise situada das dinâmicas contemporâneas de expansão do agronegócio na Amazônia, evidenciando suas implicações sobre os territórios camponeses.

Assim, o objetivo do trabalho é analisar as formas de violência lenta que emergem a partir da territorialização da monocultura do dendê na comunidade do Castanhalzinho, evidenciando seus impactos sobre o campesinato e as estratégias de resistência construídas no território.

Percurso metodológico

A presente pesquisa insere-se no campo da Geografia Agrária e deriva de investigação de caráter acadêmico (dissertação de mestrado), voltada à compreensão das dinâmicas territoriais associadas à expansão da monocultura do dendê na Amazônia paraense.

O estudo adota uma abordagem qualitativa, por compreender que as transformações analisadas exigem interpretação aprofundada das experiências, percepções e práticas sociais dos sujeitos envolvidos. A pesquisa qualitativa está atenta à relação território-modo de vida e, em particular, as implicações da produção de dendê para o exame da violência. Como ponto fixo em nossa análise, partimos à pesquisa entendendo como fator fundamental para seu desenvolvimento um conjunto qualitativo, compreendendo a importância histórica das comunidades, a questão política e econômica que envolve a produção de palma no estado do Pará, o fator territorial como campo e o uso da violência como instrumento para a territorialização (Prodanov; Freitas, 2013).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa fundamenta-se na articulação entre três eixos analíticos: (I) a territorialização do capital no campo, que permite compreender os processos de reorganização espacial promovidos pelo agronegócio; (II) a condição camponesa, entendida enquanto forma social específica de produção, reprodução da vida e organização social e (III) o conceito de violência lenta, que orienta a leitura das formas difusas, cumulativas e muitas vezes invisibilizadas de violência que incidem sobre os territórios e populações. Esses eixos estruturam tanto a construção do objeto quanto a interpretação dos dados empíricos.

A pesquisa delimita-se à comunidade do Castanhalzinho, localizada no município de Concórdia do Pará, nordeste do estado do Pará, área caracterizada pela presença de empreendimentos vinculados à produção de óleo de palma. A escolha do lócus de pesquisa justifica-se pela intensificação da dendeicultura em seu entorno, bem como pela existência de estudos anteriores na região, que possibilitam o diálogo e a atualização das análises sobre o tema.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a investigação foi estruturada em três etapas complementares: (I) levantamento bibliográfico, (II) análise documental e (III) trabalho de campo.

O levantamento bibliográfico consistiu na revisão de obras, artigos científicos, dissertações e teses que abordam a expansão do agronegócio na Amazônia, a dendeicultura, o campesinato e as categorias teóricas mobilizadas no estudo. Essa etapa foi fundamental para a construção do referencial analítico e para a delimitação do problema de pesquisa.

A análise documental envolveu a consulta a relatórios institucionais, dados estatísticos, documentos oficiais e materiais produzidos por órgãos públicos e empresas do setor, permitindo contextualizar a expansão da monocultura do dendê na região e identificar os principais agentes envolvidos nesse processo.

O trabalho de campo constituiu etapa central da pesquisa, sendo realizado por meio de incursões à comunidade do Castanhalzinho ao longo dos anos de 2024 e 2025. Durante esse período, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade, selecionados a partir de critérios como tempo de residência, envolvimento com atividades agrícolas e experiência direta com as transformações associadas à presença do dendê. Ao todo, participaram da pesquisa seis sujeitos, cujas identidades foram preservadas por meio da utilização de codificação (Entrevistado A, B, C, etc.).

As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante consentimento dos participantes, e posteriormente transcritas para fins de análise. O roteiro semiestruturado possibilitou abordar temas como uso da terra, mudanças nos modos de vida, impactos ambientais, relações com as empresas e percepções sobre a expansão do dendê, garantindo ao mesmo tempo comparabilidade entre os relatos e abertura para a emergência de novas questões.

Além das entrevistas, foram realizados registros fotográficos e anotações em diário de campo, com o objetivo de documentar aspectos da paisagem, das práticas produtivas e das condições socioambientais observadas na comunidade. Esses registros contribuíram para a contextualização e interpretação dos dados qualitativos.

Entende-se a exploração em campo como fator fundamental para construção de uma ciência em bases geográficas de análise. A pesquisa de campo em um viés científico fundamenta a busca por conhecimentos próprios que encontram sua resposta na realidade. Sua característica se baseia nas observações da natureza que compreendem a existência dos fenômenos (Prodanov; Freitas, 2013).

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa interpretativa, inspirada nos procedimentos da análise de conteúdo. Inicialmente, as entrevistas foram organizadas e sistematizadas, sendo posteriormente submetidas a um processo de leitura aprofundada, identificação de recorrências e construção de categorias analíticas. Entre as principais categorias mobilizadas destacam-se: territorialização, violência ambiental, perda de autonomia, reconfiguração dos modos de vida e estratégias de resistência.

Essas categorias foram interpretadas à luz do referencial teórico adotado, permitindo articular os dados empíricos às discussões mais amplas sobre o avanço do agronegócio e suas implicações territoriais. Dessa forma, buscou-se superar uma leitura meramente descritiva da realidade, avançando para uma análise crítica capaz de evidenciar as contradições e os conflitos inerentes ao processo estudado.

Por fim, destaca-se que a presença do pesquisador em campo constituiu elemento fundamental para a construção do conhecimento, possibilitando o contato direto com os sujeitos e a apreensão das dinâmicas territoriais em sua complexidade. Essa imersão permitiu não apenas a coleta de dados, mas também a construção de uma interpretação situada, sensível às especificidades do contexto amazônico.

Agronegócio do dendê e o campesinato no nordeste paraense

As décadas de 1940 e 1950 marcaram introdução histórica da monocultura do dendê no nordeste paraense, compreendida como parte de um processo mais amplo de territorialização do capital no campo amazônico, no qual diferentes agentes (Estado, empresas e mercado global) passaram a atuar de forma articulada na reorganização do espaço agrário. Nesse sentido, o avanço da dendeicultura não representa apenas a introdução de uma nova cultura agrícola, mas a imposição de uma racionalidade produtiva orientada pela lógica da acumulação, que incide diretamente sobre territórios historicamente ocupados por populações camponesas (Nahum; Santos; Santos, 2020).

A peça-chave para o incremento da monocultura do dendê no estado do Pará ganha enfático discurso ao se apoiar na “incontestável” eficiência produtiva e no apoio ao desenvolvimento regional, navegando sob os moldes do agronegócio, superando junto a ele a visão de um campo improdutivo, exploratório e atrasado que se mantinha com o

nome de latifúndio, que, no entanto, mantém processos de tensão contra os territórios camponeses, outrora empenhados pela figura dos fazendeiros (Macedo; Sousa, 2015).

A análise desse processo exige considerar o papel do Estado como mediador e indutor da expansão do agronegócio. A criação de políticas públicas, como o PNPB e o PSOP, foi fundamental para viabilizar a consolidação da dendeicultura na região, ao oferecer incentivos fiscais, crédito e suporte institucional às empresas do setor. Sob o discurso da sustentabilidade e da transição energética, tais políticas contribuíram para legitimar a expansão do dendê, ao mesmo tempo em que ocultaram suas contradições socioambientais (Nahum; Santos; Santos, 2020, p. 3).

Nessa perspectiva, a territorialização do dendê pode ser compreendida à luz das reflexões de Oliveira (2007), para quem o avanço do capital no campo se realiza por meio da incorporação subordinada de formas não capitalistas de produção. Em Oliveira (1999) o território assume o papel de síntese contraditória, produzido a partir das relações sociais, “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra” (Oliveira, 1999, p. 74).

O território em Oliveira (1999) se configura como processo de construção/destruição/manutenção/transformação, dialeticamente interligado aos avanços da sociedade, expondo assim sua construção com bases no desenvolvimento desigual.

No caso do nordeste paraense, observa-se que o campesinato não é eliminado, mas reconfigurado, passando a desempenhar funções que atendem às demandas do agronegócio, seja por meio da integração produtiva, do trabalho assalariado ou da pressão para a venda de suas terras.

Historicamente, a introdução do dendezeiro na Amazônia remonta à segunda metade do século XX, sendo intensificada a partir de projetos de desenvolvimento regional que buscavam integrar a região aos circuitos econômicos nacionais e internacionais. No entanto, é a partir dos anos 2000 observa-se uma intensificação estrutural significativa, marcada pela ampliação dos incentivos à produção de agrocombustíveis e pela entrada de grandes corporações no setor, consolidando o Pará como principal polo produtor de dendê no Brasil (Leão; Leão; Bandeira, 2023).

Esse processo resulta na formação de um padrão territorial caracterizado pela concentração fundiária, pela expansão de monocultivos e pela subordinação de territórios camponeses à lógica do mercado. Conforme indicam estudos sobre a região, a expansão do dendê tem promovido a intensificação do mercado de terras, a fragmentação dos territórios camponeses e a reconfiguração das estratégias de reprodução social dessas populações (Leão; Leão; Bandeira, 2023).

A trajetória do cultivo da oleaginosa confronta-se com a criação de cooperativas e empresas dedicadas à sua produção. Os primeiros dendezais nos municípios de Castanhal, Santa Isabel e Santo Antônio do Tauá datam do ano de 1967 (Nahum; Santos; Santos, 2020). Os cultivos caminharam para o município de Benevides, de iniciativa da Cooperativa Agrícola Mista Paraense (COOPARAENSE) e, no ano de 1975, a Dendê do Pará (DENPASA) nasce pelos incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (Nahum; Santos; Santos, 2020).

Nesse contexto, a inserção dos camponeses na cadeia produtiva do dendê ocorre de forma subordinada, muitas vezes mediada por contratos de integração que limitam sua autonomia produtiva e os vinculam às exigências das empresas. Ao mesmo tempo, observa-se a ampliação do trabalho assalariado e a dependência crescente de atividades externas à unidade produtiva familiar, o que contribui para a reestruturação dos modos de vida no campo.

O dendê, na altura de Concórdia do Pará, instala-se na realidade do nordeste paraense sob os pés de comunidades camponesas formadas a partir de períodos históricos distintos, mas que mantinham em comum o trabalho com a terra, o cotidiano da convivência em vizinhança e a relação com o território de vida (Macedo; Sousa, 2015).

A antiga paisagem dos camponeses passou a disputar com a monocultura, responsável por montar a corrida no mercado de terras, atingindo não apenas as fazendas de gado, mas também os territórios camponeses: “a disputa territorial promovida pelo agrocombustível avança sobre o território camponês, fracionando-o, fragilizando-o” (Macedo; Sousa, 2015, p. 312).

Além das transformações socioeconômicas, a expansão da monocultura do dendê implica impactos ambientais significativos, associados, sobretudo, ao uso intensivo de agrotóxicos e à substituição de ecossistemas diversos por extensas áreas de cultivo homogêneo. Tais impactos não se restringem ao plano ecológico, mas incidem

diretamente sobre a vida das comunidades, afetando a qualidade da água, a produção de alimentos e as condições de saúde da população (Macedo; Aquino Júnior; Leão, 2023).

Há, nesse ínterim, o papel do Estado na consolidação do modelo agrícola por meio de incentivos ao agronegócio e da flexibilização da legislação sobre o uso dos químicos. A mercantilização da terra e a pressão para a venda de propriedades camponesas reforçam a lógica de subordinação dessas comunidades ao grande capital. No entanto, os camponeses resistem a esse processo, adotando estratégias de luta que vão desde ações judiciais até a organização comunitária em defesa do direito à terra e ao meio ambiente (Macedo; Aquino Júnior; Leão, 2023).

É nesse ponto que a análise do agronegócio do dendê se articula ao conceito de violência lenta, proposto por Nixon (2011). A degradação ambiental, a contaminação por insumos químicos e a perda gradual da autonomia produtiva configuram formas de violência que se manifestam de maneira difusa, cumulativa e frequentemente invisibilizada, dificultando sua percepção imediata e sua contestação.

Dessa forma, o avanço da dendeicultura no nordeste paraense não pode ser compreendido apenas como um processo econômico, mas como uma dinâmica territorial complexa, que envolve relações de poder, disputas pelo uso da terra e a produção de desigualdades. Ao incidir sobre territórios camponeses, esse processo promove não apenas transformações materiais, mas também reconfigurações simbólicas e sociais, afetando profundamente os modos de vida e as formas de resistência dessas populações.

A análise do agronegócio do dendê, articulada à compreensão da condição camponesa e das formas de violência lenta, permite evidenciar as contradições de um modelo de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que se apresenta como sustentável, reproduz padrões históricos de exploração e subordinação no campo amazônico.

A expansão da dendeicultura no nordeste paraense evidencia que o avanço do agronegócio opera para além da produção agrícola, configurando um processo de territorialização do capital que reorganiza o espaço e redefine relações sociais no campo. No caso de Castanhalzinho, esse movimento se expressa por meio da pressão territorial, da reestruturação produtiva e da ampliação de conflitos, elementos que criam as bases para a emergência de formas específicas de violência sobre o campesinato local.

A comunidade do Castanhalzinho: território camponês em terras paraenses

A comunidade do Castanhalzinho, localizada no município de Concórdia do Pará, no nordeste paraense, insere-se em um contexto territorial marcado por intensas transformações decorrentes da expansão do agronegócio do dendê. Situada ao longo da PA-140, com acesso por ramais nos quilômetros 35, 37 e 39, a comunidade apresenta uma configuração espacial dispersa, caracterizada pela distribuição dos grupos domésticos ao longo desses eixos de circulação, o que expressa uma forma específica de organização territorial camponesa na Amazônia (Ribeiro, 2017).

Mais do que uma delimitação geográfica, o Castanhalzinho deve ser compreendido como um território socialmente produzido, no qual se articulam relações de parentesco, trabalho e pertencimento. Conforme evidenciado em estudos sobre o campesinato amazônico, o território não se restringe à dimensão física da terra, mas constitui base fundamental para a reprodução da vida, envolvendo práticas produtivas, sociabilidades e identidades coletivas.

A comunidade é composta por aproximadamente 42 grupos domésticos e possui uma formação que remonta às primeiras décadas do século XX, associada à ocupação progressiva das margens dos igarapés por famílias que estruturaram sua vida a partir da agricultura. Esse processo de territorialização camponesa consolidou formas de uso da terra baseadas na policultura, no trabalho familiar e na relação direta com os recursos naturais, configurando um modo de vida relativamente autônomo em relação às dinâmicas de mercado (Ribeiro, 2017).

A comunidade assume como identidade uma realidade camponesa própria da Amazônia, sendo propriamente uma organização familiar em unidade de sítio, permanecendo primordialmente na força familiar como ponto nuclear, o seio herdado de onde partem suas conexões próximas, com a comunidade, o parentesco, o devotismo religioso e produção alimentar (Macedo; Aquino Junior, 2020).

No entanto, essa configuração territorial passa a ser tensionada com a intensificação da monocultura do dendê no entorno da comunidade (Fotografia 1), especialmente a partir da década de 2000. A instalação de empreendimentos agroindustriais e a expansão dos plantios promovem uma reconfiguração do espaço agrário local, marcada pelo cercamento progressivo da comunidade por áreas de

monocultivo, pela pressão sobre a terra e pela alteração das dinâmicas de circulação e uso do território (Ribeiro, 2017).

Fotografia 1 - Ramal do km 39 que atravessa o dendezal para chegar à comunidade do Castanhalzinho



Fonte: Trabalho de Campo, 2025.

Nesse contexto, a paisagem deixa de ser apenas expressão da relação histórica entre os camponeses e o meio, passando a refletir a sobreposição de diferentes racionalidades territoriais. De um lado, a lógica camponesa, orientada pela diversidade produtiva e pela reprodução social; de outro, a lógica do agronegócio, baseada na especialização, na homogeneização do espaço e na maximização da produtividade. A coexistência dessas lógicas produz conflitos e assimetrias que se materializam tanto na dimensão espacial quanto nas relações sociais estabelecidas na comunidade.

A abertura de ramais por empresas do setor, inicialmente apresentada como melhoria de infraestrutura, ilustra essas contradições. Se, por um lado, amplia o acesso da comunidade à rodovia e a determinados serviços, por outro, intensifica a circulação de agentes externos, aumenta a vulnerabilidade do território e facilita a expansão do controle empresarial sobre a área. Esse processo evidencia como intervenções aparentemente neutras podem operar como mecanismos de territorialização do capital.

Outro elemento central para a compreensão do território do Castanhalzinho refere-se à sua inserção no contexto das territorialidades quilombolas da região. A comunidade

integra a Associação de Remanescentes Quilombolas do Cravo (ARQUIC), reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2006. Esse reconhecimento insere o território em uma dimensão política mais ampla, na qual a identidade quilombola se constitui como instrumento de luta e afirmação de direitos.

A presença do agronegócio do dendê no entorno da comunidade intensifica essas disputas, ao incidir diretamente sobre os recursos naturais e as condições de reprodução da vida. A proximidade dos plantios, o uso de agrotóxicos, a alteração da paisagem e a pressão para a venda de terras produzem impactos que vão além da dimensão econômica, afetando práticas culturais, relações de vizinhança e formas de organização comunitária.

Assim, o território do Castanhalzinho configura-se como espaço de tensão entre diferentes projetos de uso da terra, no qual se confrontam a lógica da reprodução camponesa e a lógica da acumulação capitalista. Essa tensão não resulta apenas em perdas, mas também em estratégias de adaptação e resistência, que se expressam na permanência das famílias, na reafirmação da identidade quilombola e na busca por alternativas de reprodução social (Santana, 2010).

A comunidade do Castanhalzinho permite compreender, em escala local, as dinâmicas mais amplas que atravessam o espaço agrário amazônico, evidenciando como processos globais – como a expansão do agronegócio – se materializam em territórios específicos, produzindo reconfigurações profundas nos modos de vida e nas formas de organização social do campesinato.

Os caminhos para a leitura de uma violência lenta

A compreensão das transformações em curso na comunidade do Castanhalzinho exige uma abordagem que vá além da identificação de impactos imediatos, incorporando dimensões temporais e espaciais que permitam apreender processos graduais, cumulativos e frequentemente invisibilizados. Nesse sentido, o conceito de violência lenta (*slow violence*, em linguagem original), formulado por Nixon (2011), constitui uma chave interpretativa central para a análise proposta, ao evidenciar formas de violência que não se manifestam de maneira espetacular, mas que operam por desgaste contínuo sobre territórios e populações.

Diferentemente das formas clássicas de violência, associadas a eventos abruptos e visíveis, a violência lenta caracteriza-se por sua dispersão no tempo e no espaço, dificultando sua percepção imediata e sua inscrição no campo político. No contexto amazônico, essa forma de violência se materializa, sobretudo, na degradação ambiental, na contaminação dos recursos naturais e na erosão progressiva das condições de reprodução da vida, atingindo de maneira desproporcional populações historicamente marginalizadas (Nixon, 2011).

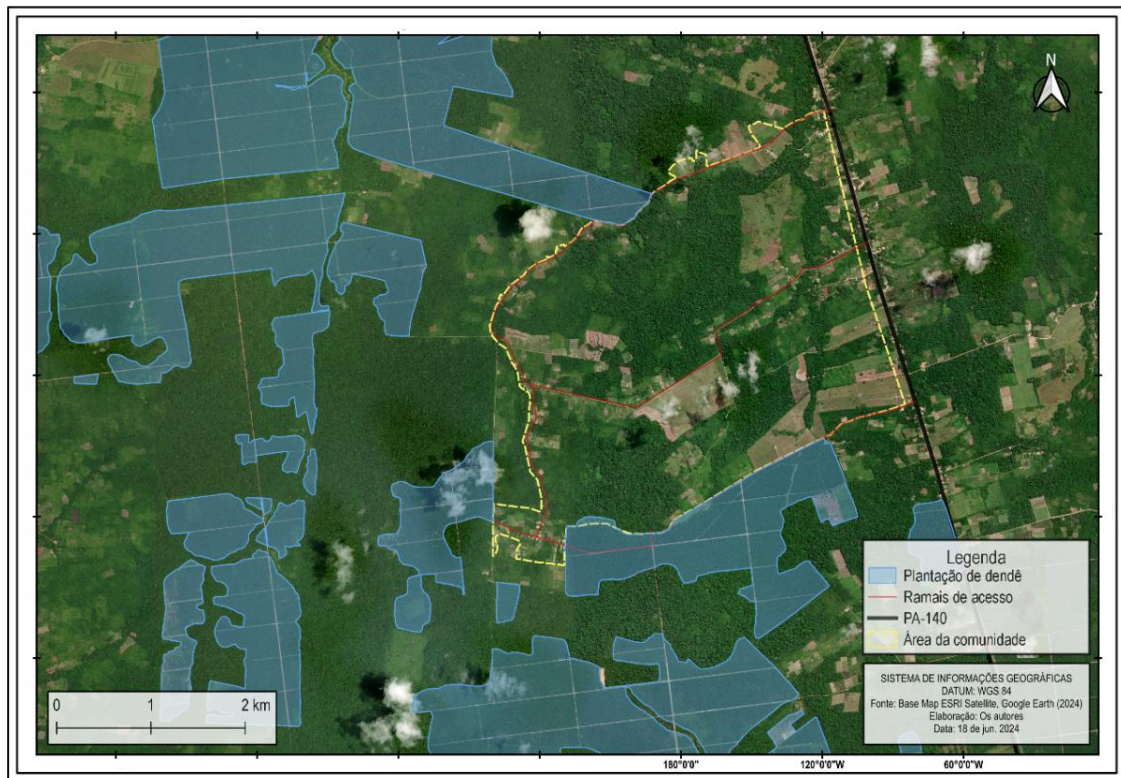
Nixon (2011) entrevê as grandes respostas da violência lenta configuradas nos grandes desastres relatados em massa a partir das ações de agentes multiescalares do mercado global. No entanto, pensamos que a pequena escala resulta das primeiras chaves que rompem a barreira da violência silenciosa, aos primeiros sinais da acumulação do projeto violento, pois, mesmo em menor escala, seus efeitos são sentidos, seja nas cidades, ou no campo, como aqui ressaltado.

No caso da comunidade do Castanhalzinho, a territorialização da monocultura do dendê constitui o vetor estruturante dessas dinâmicas, produzindo um conjunto de transformações que, embora não se apresentem como eventos isolados, configuram um processo contínuo de desestruturação do território camponês.

Neste sentido, propomos analisar a categoria violência lenta a partir da identificação de processos graduais, cumulativos e frequentemente naturalizados que afetam a reprodução da vida no território camponês, permitindo identificar que a violência lenta não se restringe a um único momento ou prática, mas se expressa em diferentes dimensões interligadas. Consideramos para tal, alguns indicadores principais, como: as transformações progressivas na paisagem e o cercamento territorial; a degradação ambiental e a contaminação por agrotóxicos; a perda de autonomia produtiva e alimentar; e a reconfiguração das relações sociais e comunitárias.

Uma primeira dimensão refere-se à reconfiguração do território por meio da aquisição de terras e do cercamento progressivo da comunidade (Mapa 2). Esse processo, frequentemente mediado por relações assimétricas de poder, resulta na fragmentação do território camponês e na redefinição de seus limites, reduzindo as possibilidades de expansão das atividades produtivas e comprometendo a autonomia das famílias.

Mapa 2 - Áreas de produção de dendê no entorno da comunidade do Castanhalzinho



Fonte: Base Map ESRI Satellite, 2024; Google Earth, 2024; IBGE, 2024.

Org.: Autores, 2024.

Trata-se de uma forma de violência que se instaura de maneira silenciosa, à medida que a paisagem é gradualmente transformada e as alternativas de permanência se tornam cada vez mais restritas: “[...] muita gente vendeu aqui, mas ficou só essa área aqui, pega desse dendê aqui até pra aí pra outro dendê pra cá” (Entrevista D, realizada em 18 de janeiro de 2025).

Ao dendê objetiva-se a instabilização do território camponês e, para além do processo de evasão, adota como vantagem a promessa de emprego sólido junto a empresa, sobressaindo-se junto às novas gerações que, disponíveis ao serviço, demonstram interesse em desempenhar as atividades com o cultivo, tendo em vista que o dendê se coloca como única alternativa:

Eu sinto impacto porque no nosso tempo tudo nós criamos tudo nosso filho na roça, tudo dava o que a gente plantava e trabalhava direito, né? Tudo dava agora é tudo mais difícil, né? Só dá se for no dendê (Entrevista A, realizada em 20 de jan. 2025).

Bem como:

Logo assim que nós tinha aqui o pimental ficava meio assim as folhas meio amarela, parece que as plantam não se desenvolvem bem, fica assim muito fraca [...]. Mas também dá muito inseto, dá muito embuá, barata, mosca, quando chega o verão aqui dentro de casa fica infestado de embuá (Entrevista C, realizada em 9 de janeiro de 2024).

A fala dos moradores evidencia essa dinâmica ao apontar a redução das áreas disponíveis e a crescente presença do dendê como elemento dominante da paisagem. No entanto, mais do que um dado descritivo, essa transformação deve ser compreendida como expressão de um processo de territorialização do capital que subordina o uso da terra às exigências do mercado, produzindo exclusões e deslocamentos, ainda que nem sempre materializados em expulsões diretas.

Uma segunda dimensão da violência lenta manifesta-se na degradação ambiental associada à monocultura, especialmente no uso intensivo de agrotóxicos. A contaminação da água, do solo e da vegetação, relatada pelos moradores, evidencia uma forma de violência que se acumula ao longo do tempo, afetando tanto os ecossistemas quanto a saúde da população. Nesse caso, a violência não se apresenta como evento pontual, mas como processo difuso, cujos efeitos se prolongam e se intensificam, muitas vezes sem reconhecimento institucional imediato.

Os relatos sobre o aumento de doenças, irritações na pele e alterações na qualidade da água indicam que os impactos da dendeicultura extrapolam a dimensão produtiva, incidindo diretamente sobre a reprodução da vida. A leitura desses dados à luz do conceito de violência lenta permite compreender que tais efeitos não são colaterais, mas constitutivos do próprio modelo de produção adotado:

[...] teve uns tempos aí que o pessoal adoeciam direto, o pessoal até reclamaram pensando que era por causa do veneno, teve até um reunião da comunidade pra entender o que era, mas não deu muita coisa (Entrevista C, realizada em 20 de janeiro de 2025).

Durante o trabalho de campo, observou-se que a proximidade entre os plantios de dendê e as áreas de uso comunitário produziam uma percepção constante de insegurança entre os moradores, especialmente em relação à água e à produção alimentar. Em diferentes momentos nos contatos na comunidade surgiram reclamações sobre alterações na água, redução de peixes e dificuldades no cultivo de determinadas culturas alimentares, com destaque ao cultivo de mandioca. Tais observações reforçam que os impactos da

dendeicultura não se restringem à escala produtiva, mas atravessam o cotidiano das famílias, afetando práticas fundamentais para sua reprodução social:

Parou de dar pimenta, começou a estragar muita mandioca e a gente começou a sentir mais quando começaram a jogar diretamente o veneno no espaço do dendê, atingiu e até peixe morreu, olha isso? Eles jogaram uma coisa tão forte que caia no igarapé e os peixes apareciam mortos (Entrevista F, realizada no dia 19 de janeiro de 2025).

Uma terceira dimensão refere-se à reconfiguração dos modos de vida camponeses. A expansão do dendê introduz novas formas de inserção no mercado de trabalho, seja por meio do assalariamento nas empresas, seja pela dependência indireta de atividades vinculadas à cadeia produtiva. Esse processo contribui para a desestruturação das práticas tradicionais de produção, baseadas na policultura e na autonomia familiar, substituindo-as por relações mais instáveis e subordinadas.

Nesse sentido, a fala de moradores que apontam o dendê como “única alternativa” revela não apenas uma mudança econômica, mas uma transformação mais profunda nas possibilidades de reprodução social do campesinato. A violência, nesse caso, manifesta-se na redução das opções de vida, configurando um processo de coerção estrutural que limita a capacidade de escolha dos sujeitos.

Além disso, a abertura de ramais e a intensificação da circulação de agentes externos introduzem novas dinâmicas de controle e vigilância sobre o território, ampliando a vulnerabilidade da comunidade. Embora frequentemente justificadas como melhorias de infraestrutura, tais intervenções operam como dispositivos de territorialização, facilitando o acesso e a atuação das empresas, ao mesmo tempo em que expõem os moradores a novas formas de insegurança.

A análise dessas diferentes dimensões evidencia que a violência lenta não se limita à esfera ambiental, mas atravessa o conjunto das relações sociais, territoriais e simbólicas que estruturam a vida na comunidade. Trata-se de um processo multiescalar, que articula dinâmicas globais a impactos locais, materializados no cotidiano dos camponeses.

Nesse contexto, a noção de “zonas de sacrifício” contribui para aprofundar a análise, ao evidenciar como determinados territórios são sistematicamente destinados à concentração de atividades economicamente estratégicas, mas social e ambientalmente degradantes. A comunidade do Castanhalzinho, ao ser cercada por monocultivos e

exposta aos seus efeitos, aproxima-se dessa condição, revelando a desigual distribuição dos custos e benefícios do desenvolvimento (Viégas, 2006).

Nixon (2011) ainda entende o conceito de violência lenta de sua manifestação desproporcional em afetar mulheres, sendo elas muitas vezes responsáveis pela subsistência familiar, são as primeiras a sentir os impactos da degradação ambiental, como a escassez de água e a contaminação do solo e as mais engajadas em movimentos de resistência.

Em Castanhalzinho, centramos nossa análise em um contexto familiar, no entanto, muitas vezes os relatos carregados, as falas que buscam memórias e a descrição dos horrores violentos da presença do dendê ganharam voz a partir do corpo feminino.

As práticas violentas exercidas pelos avanços territoriais do projeto agroprodutor na região estudada atravessam e ameaçam o campesinato local e suas faces como em conjunto, seja pelo território, produção, lar e/ou a família. O agronegócio do dendê territorializa para além de suas palmeiras. Algumas práticas comuns ao seu exercício econômico neoliberal. Expressões de conquista colonial, empecilhos e imposições que lhe garantem existência e continuidade, invadindo os territórios por forças físicas e simbólicas, refletindo um processo de violência ambiental silenciosa, mas persistente.

Como parâmetro ao seu poder de dominação local, vislumbramos em sua territorialização faces violentas que, apesar de objetivar o mesmo fim de destruição, agem de formas diferentes sob os territórios de vida dos camponeses.

Nesse sentido, as repercussões de se ter bens em quantidade (e aqui centramos a ideia de recurso como associada à própria terra), explorados ao extremo, minariam a capacidade de pertencimento e resistência de uma comunidade ou sociedade?

As estratégias de resistência identificadas em Castanhalzinho manifestam-se em múltiplas dimensões. No plano territorial, expressam-se na permanência das famílias em suas áreas, mesmo diante da pressão fundiária. Na dimensão política, destacam-se a organização comunitária e a articulação com associações quilombolas, fundamentais para a defesa coletiva do território. No campo cultural, a reafirmação da identidade quilombola fortalece vínculos de pertencimento e memória. Já na dimensão produtiva, a manutenção da policultura e das práticas agrícolas tradicionais representa uma forma concreta de resistência ao avanço da monocultura. Por fim, na esfera jurídica, a busca por reconhecimento e garantia de direitos territoriais compõe parte central das estratégias de enfrentamento.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou compreender como a territorialização da monocultura do dendê na comunidade do Castanhalzinho, em Concórdia do Pará, produz e reorganiza formas de violência lenta sobre o campesinato local. Partindo dessa questão, foi possível evidenciar que a expansão do agronegócio não se limita à reconfiguração produtiva do espaço, mas constitui um processo mais amplo de transformação territorial que incide diretamente sobre os modos de vida, os sistemas produtivos e as relações sociais da comunidade.

Os resultados confirmam a hipótese de que a territorialização do dendê engendra formas específicas de violência contínua, cumulativa e frequentemente invisibilizada, que se manifestam por meio da degradação ambiental, da contaminação por agrotóxicos, da pressão sobre a terra e da redução da autonomia camponesa. Tais processos, ao se desenvolverem de maneira gradual, dificultam sua percepção imediata, ao mesmo tempo em que produzem efeitos profundos e duradouros sobre a reprodução da vida no território.

A análise demonstrou que essas formas de violência não são episódicas, mas estruturais, estando diretamente vinculadas à lógica de expansão do capital no campo. Nesse sentido, a monocultura do dendê opera como vetor de territorialização que reorganiza o espaço agrário a partir de uma racionalidade produtiva baseada na especialização, na homogeneização da paisagem e na subordinação de formas não capitalistas de produção. Como consequência, observa-se a intensificação de processos como a fragmentação do território camponês, a dependência de relações de trabalho externas e a reconfiguração dos modos de vida tradicionais.

Ao articular o conceito de violência lenta, com a análise da territorialização do agronegócio, o estudo contribui para o avanço das discussões no campo da Geografia Agrária ao evidenciar que as formas contemporâneas de dominação no espaço rural não se expressam apenas por meio de conflitos abertos, mas também por processos difusos e acumulativos que operam no cotidiano das populações. Essa leitura permite compreender a violência como dimensão constitutiva da produção do espaço, e não apenas como efeito colateral do desenvolvimento.

Do ponto de vista empírico, a pesquisa evidenciou que a comunidade do Castanhalzinho se encontra inserida em um contexto de intensas pressões territoriais, no qual a proximidade dos plantios, o uso de insumos químicos e a presença constante de

agentes externos produzem impactos que ultrapassam a dimensão econômica, afetando práticas culturais, relações de vizinhança e formas de organização comunitária. Ao mesmo tempo, os dados revelam que esses processos não se dão de forma homogênea, sendo atravessados por estratégias de resistência que reafirmam a permanência no território e a defesa de modos de vida camponeses.

Dessa forma, o estudo avança ao propor a compreensão da violência lenta como categoria territorial, evidenciando sua materialização concreta no cotidiano das comunidades amazônicas. Ao deslocar a análise de uma perspectiva meramente descritiva para uma abordagem interpretativa, o trabalho contribui para a construção de uma leitura crítica sobre o modelo de desenvolvimento vigente na região, destacando suas contradições e seus efeitos sobre populações historicamente vulnerabilizadas.

Assim, mais do que denunciar os impactos da monocultura do dendê, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento de perspectivas analíticas e políticas que reconheçam o campesinato como sujeito central na construção de alternativas de desenvolvimento, pautadas na justiça social, na sustentabilidade ambiental e na valorização dos territórios de vida.

Referências

ESRI - Environmental Systems Research Institute. **World Imagery**. Redlands, CA: ESRI, 2024. Disponível em: <https://www.arcgis.com/home/item.html?id=10df2279f9684e4a9f6a7f08febac2a9>
Acesso em: 10 out. 2024.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. Mountain View: Google LLC, 2024. Disponível em: <https://earth.google.com/> Acesso em: 10 out. 2024.

HOMMA, A. K. O. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2016. 255p. ISBN 978-85-7035-575-1. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1047845>
Acesso em: 21 ago. 2024.

HOMMA, A. K. O.; FURLAN JÚNIOR, J. Desenvolvimento da Dendeicultura na Amazônia: Cronologia. *In*: MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. **Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia** – vol. 1. Belém: Embrapa, 2001. p. 193-208. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/403591> Acesso em: 10 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal Digital 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html> Acesso em: 10 out. 2024.

LEÃO, A. S. R.; LEÃO, S. A. V.; BANDEIRA, F. de L. Dinâmicas produtivas do dendê no estado do Pará. **Cadernos Cajuína**, [s. l.], v. 8, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajv8i3.106> Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/106> Acesso em: 7 maio 2024.

MACEDO, C. O.; AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. O Sítio Camponês na Amazônia Paraense: resistência e contradição em foco. In: BRINGEL, F. de O.; CRUZ, B. E. V. da; MACEDO, C. O. (org.). **Campos e florestas no Pará: Terra, território e educação**. Belém: Eduepa, 2020. cap. 3, p. 62-75.

MACEDO, C. O.; AQUINO JÚNIOR, P. C.; LEÃO, J. V. R. Agronegócio e agrotóxico: dois pecados, uma sentença no campo paraense. **Boletim Paulista de Geografia**, [s. l.], v. 1, n. 110, p. 99-121, 2023. DOI: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i110.3006> Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3006> Acesso em: 25 out. 2024.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos Projetos, Velhas Práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, [s. l.], v. 19, ed. 1, p. 302–331, 2015. Disponível em: <https://e- revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/10740> Acesso em: 18 set. 2024.

NAHUM, J. S.; SANTOS, L. S. dos; SANTOS, C. B. dos. Formação da dendeicultura na Amazônia paraense. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/qZhBsJRMz4wjk8LCvq5YyzK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 jan. 2025.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. London, England: Harvard University Press, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674061194>

OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. cap. 4, p. 63-110.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista: Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf Acesso em: 15 maio 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao> Acesso em: 17 set. 2024.

RIBEIRO, L. C. “**Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui**”: resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. Orientador: Heribert Schmitz. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10764> Acesso em: 16 abr. 2024.

SANTANA, R. M. **Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA**. Orientador: Valéria de Marcos. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002182273> Acesso em: 15 jan. 2025.

SHANIN, T. A Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, [s. l.], ed. 7, p. 1–21, 2012. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456> Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456> Acesso em: 5 jun. 2024.

VIÉGAS, R. N. Desigualdade ambiental e “zonas de sacrifício”. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro**, [s. l.], v. 21, 2006. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR& Acesso em: 8 fev. 2025.

WEID, J. M. von der. Agrocombustíveis: solução ou problema? *In*: ABRAMOVAY, R. (org.). **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo: Editora Senac, 2009. p. 99-142.

Recebido em 31/03/2026.

Aceito para publicação em 23/06/2026.